

AVISO Nº 6/CGJ/2017
(Consulte [Aviso nº 25/CGJ/2017](#))

Avisa sobre a implantação do Sistema “Processo Judicial Eletrônico - PJe” nas Comarcas de Segunda Entrância do Estado de Minas Gerais.

O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIV do art. 32 do [Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais](#), aprovado pela [Resolução do Tribunal Pleno nº 3](#), de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO o disposto no inciso LXXVIII do art. 5º da [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#), que assegura a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;

CONSIDERANDO a [Lei nº 11.419](#), de 19 de dezembro de 2006, que “dispõe sobre a informatização do processo judicial”;

CONSIDERANDO que a [Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 185](#), de 18 de dezembro de 2013, “institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento”;

CONSIDERANDO a [Portaria Conjunta da Presidência nº 411](#), de 20 de maio de 2015, que “regulamenta o Sistema “Processo Judicial Eletrônico - PJe”, no âmbito da justiça comum de primeira instância do Estado de Minas Gerais”;

CONSIDERANDO o Projeto de “Processo Eletrônico TJMG”, inserido no Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, que prevê modernizar a administração da justiça mineira, com a utilização dos recursos disponíveis da tecnologia da informação, pela implantação do processo eletrônico na Primeira e na Segunda Instâncias;

CONSIDERANDO o que ficou consignado nos autos nº 2011/53036 - SEPAC,

AVISA aos magistrados, servidores, advogados públicos e privados, representantes do Ministério Público, Defensores Públicos e demais interessados que será dada continuidade à implantação do Sistema “Processo Judicial Eletrônico - PJe” nas comarcas de Segunda Entrância do Estado de Minas Gerais, abrangendo todas as classes processuais de natureza cível e Cartas Precatórias de ordem cíveis, à exceção das Ações de Execução Fiscal.

AVISA, ainda, que os Embargos à Execução Fiscal serão distribuídos em meio eletrônico, no Sistema PJe, ainda que a Execução Fiscal tramite em meio físico, nos

termos do inciso IV do § 1º do art. 4º da [Portaria Conjunta da Presidência nº 411](#), de 20 de maio de 2015.

AVISA, por fim, que a implantação do Sistema PJe para o ano de 2017 obedecerá o seguinte cronograma:

Comarca	Órgãos julgadores	Data de entrada em produção do Sistema
João Monlevade	• 1ª e 2ª Varas Cíveis	19/6/2017
Sabará	• 1ª e 2ª Varas Cíveis	19/6/2017
Lavras	• 1ª e 2ª Varas Cíveis • 1ª Vara Criminal, da Infância e da Juventude e de Execuções Fiscais • 2ª Vara Criminal, de Execuções Penais e de Cartas Precatórias Cíveis	19/6/2017
Pará de Minas	• 1ª e 2ª Varas Cíveis	19/6/2017
Leopoldina	• 1ª e 2ª Varas Cíveis	7/8/2017
Cataguases	• 1ª e 2ª Varas Cíveis • Vara de Família, da Infância e da Juventude e de Precatórias	7/8/2017
Viçosa	• 1ª e 2ª Varas Cíveis	7/8/2017
Ouro Preto	• 1ª e 2ª Varas Cíveis	7/8/2017
Unaí	• 1ª e 2ª Varas Cíveis	25/9/2017
Paracatu	• 1ª e 2ª Varas Cíveis	25/9/2017
Igarapé	• 1ª Vara Cível e Juizado Especial Cível • 2ª Vara Cível, da Infância e da Juventude e Juizado Especial Criminal	25/9/2017
Curvelo	• 1ª e 2ª Varas Cíveis • Vara de Execuções Penais, de Execuções Fiscais, de Acidente do Trabalho e de Cartas Precatórias Criminais	25/9/2017
Três Pontas	• 1ª e 2ª Varas Cíveis	13/11/2017
Guaxupé	• 1ª e 2ª Varas Cíveis	13/11/2017
Itajubá	• 1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis	13/11/2017
Três Corações	• 1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis	13/11/2017

Belo Horizonte, 14 de março de 2017.

Desembargador ANDRÉ LEITE PRAÇA
Corregedor-Geral de Justiça